

Déficit externo é de US\$ 23,28 bi

Rombo nas chamadas transações em conta corrente indicam a dependência do país em relação ao capital estrangeiro

Das agências Folha e Estado

O déficit em transações correntes, indicador da dependência do país em relação ao capital estrangeiro, ficou praticamente estável em fevereiro, interrompendo a forte queda que vinha desde agosto de 1999. O número acumulado nos 12 meses encerrados em fevereiro fechou em 4,07% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma das riquezas produzidas no país, ante 4,08% do PIB registradas um mês antes.

Foi uma queda modesta, comparada com o que vinha sendo registrada nos meses anteriores. Em agosto de 1999, esse indicador estava em 5,13% do PIB e teve fortes quedas em setembro e janeiro passados. O déficit em transações correntes é o principal indicador das contas externas porque ele engloba as principais trocas comerciais e de serviços com os demais países.

Ele inclui a balança comercial (importações menos exportações), os serviços (juros da dívida externa, remessa de lucros e dividendos, turismo internacional e outros) e as chamadas transfe-

rências unilaterais (dólares remetidos ao Brasil por residentes no exterior e vice-versa, sem relação comercial ou financeira).

Esse déficit é considerado um indicador importante da dependência do país em relação aos capitais estrangeiros porque, sempre que gasta acima de suas receitas, o país é obrigado a contrair empréstimos e a atrair investimentos para cobrir a diferença. A queda do déficit em fevereiro só ocorreu porque houve expansão de 1,5% do PIB medido em dólares no período, que passou de US\$ 563,774 bilhões para US\$ 572,187 bilhões entre um mês e outro. O Produto Interno Bruto ficou maior por causa da queda da cotação do dólar em relação ao real e da previsão de maior crescimento da economia neste ano.

Em números absolutos, o déficit subiu, atingindo US\$ 23,288 bilhões nos 12 meses encerrados em fevereiro, ante US\$ 23,002 bilhões um mês antes. Para os investidores estrangeiros, entretanto, o indicador mais relevante é o déficit comparado ao PIB, que revela se o volume de capitais que o país necessita atrair é compatível com o tamanho de

Joédison Alves 5.6.98

Dívida Externa
089
Reportagem 0016



Altamir Lopes: erro no cálculo de amortizações da dívida externa

sua economia. O déficit em números absolutos subiu porque o resultado comercial de US\$ 78 milhões registrado em fevereiro é menos favorável do que os US\$ 103 milhões verificados no mesmo mês do ano passado.

Também pesou um aumento de 81% nos gastos com turismo.

Apesar de o aumento percentual ser alto, ele era esperado, pois os brasileiros gastaram apenas US\$ 54 milhões em suas viagens ao exterior em fevereiro de 1999, inibidos pela desvalorização do real que acabara de ocorrer.

As amortizações da dívida externa de médio e longo prazos

previstas para este ano saltaram da estimativa inicial de US\$ 22,2 bilhões para US\$ 30,014 bilhões, informou ontem o chefe do departamento Econômico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes. Ele reconheceu que errou ao fazer a estimativa anterior porque não esperava que 70% do financiamento às importações, captado em 1999, ficasse num prazo próximo a 360 dias, ou seja, com vencimento para este ano.

SEM PRESSÃO NO CÂMBIO

Mesmo com o erro de avaliação, Lopes assegurou que o país não terá de captar mais investimentos diretos nem fazer lançamentos extras de papéis no exterior. Ele também disse que o acréscimo de US\$ 7,79 bilhões nos vencimentos não pressionará a taxa de câmbio. "Os vencimentos serão automaticamente rolados, pois referem-se a financiamentos de importação", afirmou. Lopes ressaltou que mesmo com o acréscimo, as amortizações previstas para este ano estão em níveis bastante inferiores às do ano passado, que somaram US\$ 49,562 bilhões.

A nova estimativa do Departamento Econômico do Banco Central para os vencimentos da dívida externa de médio e longo prazos este ano saiu do processo de revisão de toda a dívida externa brasileira, que foi realizado nos últimos dois meses.

Mudança no Orçamento

Da Agência Estado

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso ignorou o acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e reduziu a meta de superávit primário, a economia de receitas em relação às despesas, exceto juros da dívida pública, para a União neste ano. No relatório que será divulgado hoje, o relator-geral do Orçamento, deputado Carlos Melles (PFL-MG), argumenta que adequou a proposta orçamentária do governo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A meta de superávit primário de 2,65% do Produto Interno Bruto (PIB) proposta pelo governo caiu para 2,6% no projeto de lei orçamentária que deverá ser votado na próxima semana. Com isso, estão garantidos mais R\$ 564 milhões para ampliar gastos e atender às emendas dos parlamentares.

De acordo com um ministro da área econômica, se o Congresso aprovar o Orçamento com a redução da meta do superávit primário em relação ao PIB, o governo voltará a contingenciar os gastos neste ano, liberando para os ministérios menos recursos do que aqueles previstos na lei orçamentária.